

Ofício JG n.º 35/15

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor José de Jesús Orozco Henríquez
Relator sobre os Direitos de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Organização dos Estados Americanos
1889 F St. NW
Washington D.C. 20006
EEUU
cidhdefensores@oas.org

Ref.: Ameaças e monitoramento de integrantes da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto por integrantes da Polícia Militar

Excelentíssimo Senhor Relator,

A Justiça Global vem, respeitosamente, manifestar preocupação com as constantes ameaças, tentativas de intimidação e monitoramento de integrantes da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto, feitas por policiais militares da Bahia, estado na região nordeste do Brasil. Como exemplificado no relato constante desse ofício, a situação tem se ampliado após a Chacina do Cabula, quando a organização Quilombo X Ação Cultural Comunitária, por meio da Campanha Reaja, denunciou que os 13 jovens assassinados no Cabula não entraram em confronto com a polícia, mas sim foram executados, como comprovado posteriormente nos laudos necroscópicos e em inquérito feito pelo Ministério Público da Bahia.

Com a crescente visibilidade do caso, policiais têm empreendido ameaças diretas ou veladas aos denunciante, especialmente ao coordenador da Reaja, Hamilton Borges. Policiais Militares das Rondas Especiais (Rondesp) postaram nas redes sociais da Reaja intimidações diretas (como a imagem que foi compartilhada também por apoiadores da Rondesp, usando a logomarca da Reaja, com a frase: “Reaja e Morra” ou “Reaja e Seja Morta, Reaja e Seja Morto” – imagem anexada no final do ofício). Policiais também usaram recurso do whatsapp para enviar mensagens de voz e em texto em que tentam intimidar o coordenador da campanha, entre outras situações descritas em detalhes no relato a seguir.

Por fim, na segunda semana de junho, quando a Justiça decidiu por acatar a denúncia do Ministério Público, em que é pedido o indiciamento de nove envolvidos na chacina por homicídio de 12 dos 13 mortos e tentativa de homicídio dos demais sobreviventes (<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/05/mp-denuncia-nove-pms-suspeitos-de-envolvimento-em-12-mortes-no-cabula.html>), estranhamente uma viatura da PM passou a freqüentar a rua onde mora Hamilton Borges. Nos dias 10, 11 e 13 do mês de junho, o carro da polícia estacionou em frente à residência, onde, durante quase duas horas, em um beco, PMs revistaram e espancaram jovens moradores daquele trecho do bairro.

A Justiça Global, parceira da Quilombo X nas denúncias sobre Cabula, está requerendo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), às suas relatorias sobre os Direitos dos Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial e sobre Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, além do Relator especial para o Brasil, e ainda nas relatorias sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e a Especial sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, das Organizações das Nações Unidas (ONU), que acompanhem atentamente os desdobramentos do processo da Chacina de Cabula e as ameaças de morte freqüentes aos integrantes da Campanha Reaja.

Igualmente grave é o fato de jornalistas que cobriram não só a chacina em Cabula (<http://www.jornalmassa.com.br/2015/06/148444-policiais-frente-a-frente-com-a-lei.html>), mas a execução de Geovane Mascarenhas de Santana, 22 anos, em Salvador, no dia 2 de agosto de 2014, também serem vítimas de intimidação (<http://revistagambiarra.com.br/site/sinjorba-emite-nota-de-repudio-contrameacas-da-policia-militar-da-bahia-a-jornalistas/>), como tem denunciado o Sindicato dos Jornalistas da Bahia. No caso Geovane, o Ministério Público denunciou, em 17 de abril de 2015, 11 policiais da Rondesp (<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/geovane-foi-executado-na-sede-da-rondesp-no-lobato/?cHash=70f358c9a8fa7eeb41d7be79917cf058>) pela execução bárbara do jovem, que foi decapitado, teve duas tatuagens removidas, o corpo carbonizado e os órgãos genitais retirados (<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/04/mp-denuncia-11-policiais-militares-pela-morte-do-jovem-geovane.html>).

Diante da gravidade dos fatos, solicitamos que o Governo da Bahia adote medidas que cessem as violações de direitos humanos e as ameaças de morte aos integrantes da Campanha Reaja, especialmente a Hamilton Borges.

Relato detalhado

Há 10 anos, em 12 de maio de 2005, cinco jovens foram assassinados em Paripe, região suburbana de Salvador, na Bahia, por um grupo de extermínio formado por policiais. As vítimas, todas negras, morreram queimadas. Entre elas, uma mulher, sobrinha de um integrante do Movimento Negro Unificado (MNU). Nesta mesma época, policiais da baixada fluminense, no Rio de Janeiro, assassinaram 29 pessoas em Nova Iguaçu. Os casos colocaram a necessidade de se politizar as mortes de corpos negros. Nascia ali, no dia 12 de maio, em Salvador, a Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto, criada pela Quilombo X Ação Cultural Comunitária que, a partir desses casos, deflagrou um amplo debate sobre as execuções de negras e negros. Aquela situação não se configurava apenas como extermínio. O que estava em curso era o genocídio do povo negro.

A Campanha Reaja tem denunciado sistematicamente as execuções sumárias de negras e negros por policiais na Bahia e buscado o apoio para parentes de vítimas de violência, com base na solidariedade coletiva, fazendo muitas vezes o que o próprio estado se nega a realizar, que é proteger testemunhas e familiares.

A realidade, a despeito das denúncias e críticas, só tem se agravado. Segundo o 8º Anuário de Segurança Pública, a Bahia é o “estado com maior número de mortos: 5.440 (taxa de 36,1 a cada grupo de 100 mil pessoas)” – dados de 2013.

De 2011 até abril de 2015, mais de 25 mil pessoas foram assassinadas no estado, de acordo com levantamento de um veículo de comunicação

(<http://www.aratuonline.com.br/blogdepabloreis/2015/05/19/gestao-do-atual-secretario-da-ssp-ultrapassa-25-mil-homicidios-15-baianos-mortos-por-dia/>), utilizando dados do Ministério da Saúde (DataSUS), Mapa da Violência, Anuário da Segurança Pública, e os próprios boletins da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a pedido do governo federal e divulgada em janeiro de 2015, demonstra que um jovem negro corre 3,5 vezes mais chance de morrer do que um jovem branco na Bahia. Em todo o país, essa proporção é de 2,5, conforme o estudo. O 8º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado em 2014, revela ainda que a polícia brasileira é uma das mais violentas do mundo, com uma média de seis homicídios de civis/dia.

Na madrugada de seis de fevereiro deste ano, policiais da Rondesp, batalhão especializado da Polícia Militar (Rondesp), executaram 13 jovens em Vila Moisés, no bairro Cabula, em Salvador. Doze morreram no local, um chegou a ser socorrido, mas faleceu no hospital e outras seis pessoas ficaram feridas. A versão do governo foi de que se tratava de um confronto. O governador da Bahia utilizou uma metáfora para elogiar a ação policial em entrevista no dia da chacina: "É como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol", comparou. "Depois que a jogada termina, se foi um golaço, todos os torcedores da arquibancada irão bater palmas e a cena vai ser repetida várias vezes na televisão. Se o gol for perdido, o artilheiro vai ser condenado, porque se tivesse chutado daquele jeito ou jogado daquele outro, a bola teria entrado", continuou.

A Campanha Reaja, que já conta com uma base no Cabula, em contato com familiares e moradores da região e apoio de organizações não governamentais, sustentou que se tratava de uma chacina. Por pressão da Reaja, Justiça Global e Anistia Internacional, a Chacina do Cabula ganhou visibilidade nacional e internacional. Hamilton Borges, coordenador da Campanha Reaja, participou, em março de 2015, de uma audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos na OEA (Organização dos Estados Americanos), sobre extermínio de jovens negros no Brasil, onde denunciou o genocídio do povo negro e tratou da Chacina de Cabula. Ele apresentou dados que demonstraram que o genocídio é uma realidade no país. Diariamente, segundo pesquisa da Anistia Internacional Brasil, 82 jovens negros são assassinados no Brasil. Em 2012, dos 56 mil mortos (sendo mais da metade se referem a jovens entre 15 e 29 anos), 77% eram negros. Para abordar as execuções sumárias de pessoas pelas forças policiais do Brasil, Hamilton abordou a Chacina do Cabula.

Todo esse processo de visibilidade das mortes no Cabula, levou o Ministério Público da Bahia, com base nos laudos que apontavam execução e nas declarações de testemunhas, a denunciar nove policiais por homicídio qualificado de 12 das 13 vítimas e tentativa de homicídio de outras seis pessoas, tese que foi acatada pelo juiz Vilebaldo José de Freitas Pereira, 1º Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Salvador. O Judiciário ainda não havia decidido se acolhia o pedido da promotoria, que sugeriu a e prisão a preventiva dos envolvidos, segundo informações divulgadas pela imprensa em 11 de junho.

Nesta mesma semana da decisão judicial, se intensificaram as ameaças aos integrantes da Campanha Reaja. É preciso lembrar que as intimidações ocorrem desde o início do caso, como também foi relatado por

Hamilton Borges nas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), da Câmara dos Deputados e do Senado, instauradas para investigar o extermínio de jovens negros no Brasil.

Como exemplos de ameaças, podemos citar as constantes blitz feitas pelas polícias civil e militar da Bahia na Engomadeira, no Cabula, especialmente na parte onde mora a maioria dos familiares dos mortos e que são integrantes da Reaja. A última incursão da polícia no local aconteceu no dia 16 de junho passado, policiais chegaram atirando a esmo, e selecionaram parte da comunidade em que se concentram familiares de vítimas que compõem o núcleo da Reaja. O objetivo é intimidar e constranger parentes, militantes e testemunhas do crime. Ressalte-se que além de revistar pessoas, a PM invade casas sem qualquer autorização judicial, destinando ofensas e ameaças aos moradores.

Seis dias após a chacina, amigos e parentes das vítimas e militantes de direitos humanos realizaram um protesto na comunidade. O site **A Ponte**, que acompanhou a manifestação, descreveu (<http://ponte.org/comunidade-protesta-contrachacina-no-cabula-pm-intimida/>) como policiais intimidaram os participantes do ato: “Ações intimidatórias da PM aconteceram durante toda a caminhada, que partiu da entrada da UNEB (Universidade do Estado da Bahia) até o local das mortes. O ato ocorreu nesta quarta-feira, dia 11, às 14h. Os policiais que acompanhavam o ato aceleravam suas motos em direção aos participantes, xingando-os de ‘vagabundas’ e ‘viados’.”

Esse tipo de pressão diária sobre os moradores chegou a um ponto de cancelar uma ação comunitária contra o racismo, que ocorreria no dia 19 de abril, puxada pela Campanha Reaja e populares da Engomadeira e Vila Moisés, no Cabula.

Além disso, ameaças diretas e indiretas chegam pelo whatsapp de Hamilton Borges. Os policiais da Rondesp postaram ainda na página da Reaja uma imagem que tem os símbolos da campanha com a frase “Reaja e Será Morta, Reaja e Será Morto”, com a logomarca da corporação.

No dia 12 de maio de 2015, a Campanha Reaja foi chamada na ocupação Zeferina, conhecida como Cidade de Plástico, em Periperi, subúrbio de Salvador, onde existe um núcleo de militantes. A PM estava há dias fazendo s incursões diárias no local, agredindo verbal e fisicamente os moradores e atirando para todos os lados, com objetivo de humilhar e ameaçar pessoas. Tiros também foram disparados em direção às casas da localidade. No dia 12, na data em que a Reaja completava 10 anos de existência, em uma dessas ações, um PM executou a tiro a adolescente Daylane Nunes. A menina tentou se abrigar dentro de casa quando foi perseguida e assassinada pelo militar, de acordo com testemunhas. A comunidade revoltada iniciou um protesto e a polícia reprimiu os manifestantes a tiros. Na segunda manifestação neste mesmo dia, PMs

tentaram prender Hamilton Borges, quando ele impedia que militares levassem um morador detido apenas por ele ter se insurgido contra as forças policiais. A situação chegou a um ponto perigoso para população e militantes de direitos humanos, agredidos com spray de pimenta e que ficaram sob a mira de armas.

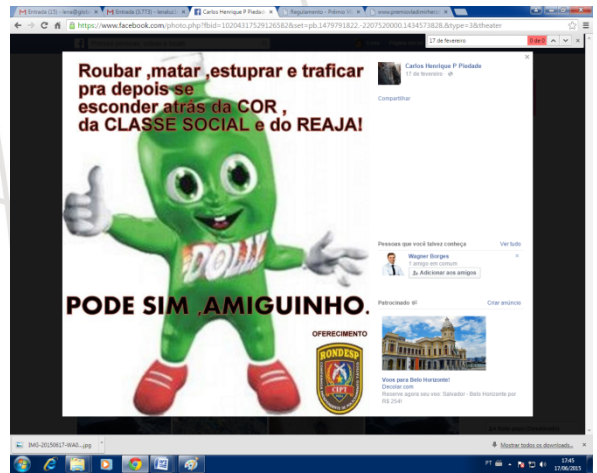
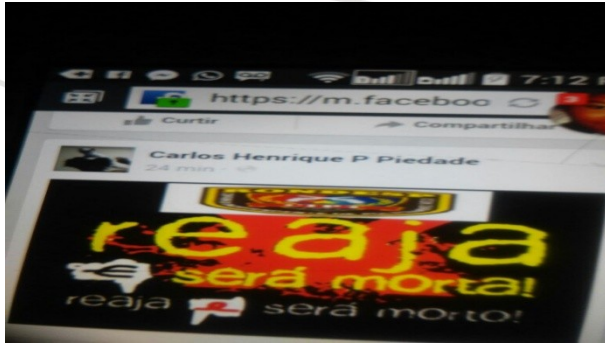
No dia seguinte, Hamilton e outro componente da Reaja comparecem ao enterro de Daylane, em um carro emprestado por um familiar. A comunidade enterrou Daylane e no retorno do cemitério fez um cortejo fúnebre e silencioso, mas sempre observada de perto por militares armados. Recentemente, o integrante da Reaja descobriu que neste dia os PMs lançaram três multas seguidas para o dono do veículo. Interessante ressaltar que o carro estava estacionado em lugar permitido, o que se caracteriza em evidente perseguição ao grupo.

Pessoas da periferia são abordadas quando transitam com a camiseta da Reaja e correm o risco de serem assassinadas. O ódio insuflado pelas forças policiais contra membros do grupo são conhecidos e comprovados seja nas postagens de internet, ou presencialmente. Numa das manifestações em Cabula, um mês após a chacina, um militar cuspiu em direção a Hamilton Borges, diante de diversas testemunhas. Todas essas situações têm sido denunciadas nas redes sociais e levadas a assessores de governo, mas nada foi feito para dar fim às intimidações e agressões.

Nos últimos dias, após a decisão do Judiciário de acatar a denúncia contra os policiais, as ameaças aumentaram. Um carro da PM estacionou por três dias em frente à casa de Hamilton Borges, uma rua estreita e sem movimento e que nunca foi alvo de qualquer ação da polícia. Nos dias 10 e 11 de junho, a viatura permaneceu entre as 21h40 e 23 horas. Militares intimidaram e espancaram adolescentes na rua. No dia 13/06, sábado de manhã, quando a família de Hamilton havia saído, a viatura voltou ao local. Policiais pararam novamente em frente à residência, observando todo o movimento, deixando evidente que a rotina da família é alvo de monitoramento.

Considerando os fatos narrados e a ameaça de morte real de Hamilton Borges e de integrantes da Campanha Reaja vimos por meio deste expressar nossa preocupação com a situação na Bahia e pedir providências no sentido de garantir a vida dos militantes.

Abaixo exemplos de imagens postadas e/ou compartilhadas contra a Campanha Reaja por várias pessoas. Os posts têm como objetivos criminalizar e ameaçar diretamente os integrantes do movimento (a primeira imagem foi retirada posteriormente pelo autor, mas a Reaja já havia feito um print).



Atenciosamente,

Sandra Carvalho/Maria Elena Azevedo
Justiça Global

